

**ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e cinquenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PL) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da Sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores e senhoras deputadas, público aqui presente, e a todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. *"Ata da Trigésima Quarta Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e cinquenta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo- secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Trinta e Oito da Trigésima Terceira Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidas os seguintes expedientes: Ofício nº 2.582/2026, do Ministério dos Povos Indígenas; Ofício nº 1.689/2026, do Ministério da Saúde; Ofício nº 826/2026, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; e-mail's da Transfere Gov.Br; e-mail's da Caixa Econômica Federal; e-mail da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul - **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Antonio Vaz, Caravina, Junior Mochi, Roberto Hashioka, Renato Câmara e Pedro Kemp. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lucas de Lima, Paulo Corrêa, Gerson Claro e Zé Teixeira. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra o deputado Zé Teixeira. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em redação final e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 305/2023, de autoria do deputado Coronel David; Projeto de Lei nº 274/2025, de autoria do deputado Zé Teixeira. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 276/2025, de autoria do deputado Pedro Kemp. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da Casa, endereçada aos familiares de Marco Antonio de Moraes Filho; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada aos familiares de Miriam Kretzschmar Saut; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Junior Mochi endereçada à atleta Gabrielle Cardoso, integrante da Academia Budô de Karatê de Rio Brilhante (MS), em reconhecimento a sua brilhante conquista ao garantir vaga na Seleção Brasileira de Karatê; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada à senhora Luciene Silva de Oliveira Shimabukuro, em razão de sua expressiva vitória na eleição para a presidência da Associação de Moradores do Bairro Coophavila II, no município de Campo Grande; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e*

*Derivados de Sidrolândia (Sindaves), pela realização do tradicional Baile do Trabalhador, em comemoração ao "Dia do Trabalhador", celebrado em 1º de maio; requerimento de moção de congratulação, de autoria da Casa, endereçada ao senhor Maycol Henrique Queiroz Andrade, prefeito de Paranaíba, pela sua corajosa e admirável participação no "Desafio do Bem", durante a Festa do Peão de Aparecida do Taboado (Taboadão), na noite do dia dois 2 de maio de 2026; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao senhor Julião Flaves Gaúna, por sua reeleição como presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf Nacional), durante o triênio 2026-2029; requerimento, de autoria da deputada Gleice Jane, solicitando a realização de Audiência Pública com o tema "Escola Perto de Casa é Direito: pela construção de uma escola estadual próxima a sua família" a ser realizada no dia 14 de maio de 2026, às 19 horas no Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate de Endemias da Região da Grande Dourados (Sindracse) situada à rua Luís Mario Albertini, 850, Jardim Guaicurus, Dourados/MS; requerimentos de informações, de autoria das deputadas Gleice Jane e Mara Caseiro; indicações, de autoria dos deputados Junior Mochi, Jamilson Name, Neno Razuk, Lia Nogueira, Mara Caseiro, Paulo Corrêa, Zé Teixeira, Marcio Fernandes, Roberto Hashioka, Paulo Duarte, Zeca do PT e Caravina. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, seis de maio do ano de dois mil e vinte e seis". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PL) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, e aos alunos do curso de Direito da UCDB, que estão presentes neste Plenário. Expediente da Sessão Ordinária de 07 de maio de 2026: Ofício nº 79/2026, do Poder Executivo, encaminhando para análise e parecer desta Casa, os documentos relativos ao Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário de Mato Grosso do Sul (Fundersul), (Prot. nº 1179/2026); Ofícios nºs 60.011, 60.014, 60.020, 60.067, 60.072, 60.625, 60.637, 60.649, 60.652, 60.655, 60.658, 60.661, 60.667, 60.678, 60.687, 60.691, 60.786, 60.789, 60.792, 60.795, 60.803, 60.816 e 60.833/2026, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo indicações e requerimento dos deputados Antonio Vaz, Zé Teixeira, Mara Caseiro, Junior Mochi, Lidio Lopes, Roberto Hashioka, Renato Câmara, Pedro Kemp, Zé Teixeira, Neno Razuk e Lia Nogueira. Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Quero registrar e agradecer a presença da senhora Maria Tereza Casadei, supervisora do Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Católica Dom Bosco; do coordenador do curso, senhor Luiz André de Carvalho Macena, e dos alunos do curso de Direito. Inclusive, o João Paulo que está aí com vocês é meu filho e através dele eu sei um pouquinho da energia que vocês carregam, pensando na construção de um Brasil e de um Mato Grosso do Sul cada vez melhor. Quero explicar que aqui as sessões são

organizadas de acordo com aquilo que está estabelecido no Regimento Interno, temos a abertura, a leitura da ata, a leitura do expediente feita pelo primeiro-secretário, tudo dentro do que a gente chama de Pequeno Expediente. Após essa leitura, temos a Segunda Parte do Pequeno Expediente, momento em que os deputados apresentam suas indicações, requerimentos, projetos de lei. Temos também o Plenário Virtual que estará disponível daqui a pouco e através dele os deputados podem fazer debates, podem votar e acompanhar toda a Sessão. Posteriormente nós temos o Grande Expediente, oportunidade em que os deputados têm para discutir os grandes temas que acontecem na esfera municipal, estadual ou federal, na área política ou administrativa, normalmente vinculados à alguma coisa da gestão pública. Muita gente diz que o direito nasce aqui, quando a gente faz uma lei, mas vocês que estão estudando já devem ter aprendido que o direito nasce de um conjunto de costumes, de tradição e excepcionalmente da necessidade de organização da sociedade. Então, a partir disso, a sociedade tem as suas necessidades transformadas e quando chegam na Assembleia Legislativa, na Câmara Municipal ou no Congresso Nacional viram lei. Hoje, há um debate muito grande em nível nacional sobre os poderes estabelecidos pela Constituição, que estão pensando que podem fazer leis também. Então é importante se aprofundar nesse assunto porque a partir de algumas leis, o próprio STF, os tribunais, têm tomado decisões normatizando comportamentos baseados em princípios que não estão fundamentados em lei. Eu quero deixar registrado aqui o meu agradecimento e reconhecimento pelo trabalho dos professores e a minha confiança com relação aos debates que vocês fazem dentro da academia, porque eles irão aprimorar os valores que vão nos ajudar a construir uma sociedade cada vez mais justa, mais equilibrada, para que a gente possa viver melhor entre todos os seres humanos. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, Casa da Democracia sul-mato-grossense. Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, antes de ler as minhas indicações, quero cumprimentar os acadêmicos do curso de Direito da UCDB e destacar a presença do acadêmico Pedro Miguel Ortiz, filho da Eva Ortiz, que é professora no Instituto Sul-Mato-Grossense para Cegos (Ismac). Vocês são muito bem-vindos a esta Casa de Leis e da Cidadania que estará sempre aberta para a participação da população. Quero apresentar duas moções. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada uma moção de congratulação à senhora Elizabeth Fernandes, pela posse como chefe do Polo Indígena do município de Caarapó. A conquista dessa relevante função representa não apenas o reconhecimento de sua dedicação e competência, mas também o compromisso com as comunidades indígenas. Quero dizer que é um importante avanço na valorização da gestão participativa e do fortalecimento das políticas públicas voltadas aos povos originários, já que a atuação à frente do polo indígena exige sensibilidade, responsabilidade e respeito às especificidades culturais, sociais e territoriais das comunidades atendidas. Quero lembrar que o Distrito Especial Sanitário Indígena (Dsei) é responsável pelo atendimento à atenção básica da saúde em todas as comunidades indígenas do nosso estado, e cada região tem um chefe de polo, ou seja, uma pessoa responsável pelo Distrito Sanitário Indígena naquela região, para fazer a intermediação das reivindicações e demandas da comunidade junto

a um órgão central que fica aqui em Campo Grande. Aliás, em outras ocasiões nós já defendemos a divisão do Dsei aqui no Mato Grosso do Sul, porque só tem um, e é um estado que tem a terceira maior população indígena do Brasil, já foi a segunda, mas agora no último censo caiu para a terceira maior população indígena do Brasil. Portanto, justificaria ter mais um Dsei que atendesse o sul do estado, que majoritariamente é da etnia Guarani Kaiowá, e outro aqui para atender as comunidades Terena, Guató, Kadiwéu, ou seja, os povos do Pantanal. Desde o início do governo do presidente Lula, eu estou fazendo essa reivindicação, porque o Mato Grosso do Sul merece dois distritos sanitários indígenas para atender melhor as aldeias distribuídas no estado, inclusive nós já apresentamos essa moção, mas podemos reiterar.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Se Vossa Excelência reiterar, eu gostaria de assinar junto, acho que essa questão administrativa da divisão é fundamental para o atendimento aos povos indígenas.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Boa lembrança, senhor presidente, vamos apresentar, e peço a Vossa Excelência a assinatura depois. E, por último, , eu quero apresentar uma moção de congratulação à escritora, professora e pesquisadora Lucilene Machado, que ontem à noite lançou mais um livro cujo título é: Uma Palavra não Quer Ferir a Outra.” Ela é doutora em teoria da literatura pela Unesp, mestre em Estudos Literários pela UFMS, possui uma trajetória marcada pelo compromisso com a literatura, a educação e a valorização da produção cultural sul-mato-grossense. Luciene já recebeu importantes reconhecimentos nacionais e internacionais, entre eles, o segundo "Prêmio Internacional Gaitano Schardóchia". O "Prêmio Nacional Guavira de Literatura", além de ter sido finalista do prêmio internacional "Oceanos" e vencedora do prêmio "Maria Carolina de Jesus", em 2023. Eu gostaria de ressaltar que é muito importante a gente valorizar os escritores autores aqui do nosso estado, porque a literatura é um ponto bastante sensível na produção cultural e em Mato Grosso do Sul temos excelentes escritores autores que precisam ser reconhecidos. Vale lembrar que a cultura é uma importante forma de resistência da sociedade com relação à democracia, aos valores da humanidade, da integridade da pessoa humana. Então, é importante a gente reconhecer o trabalho desta brilhante escritora que nós temos aqui em Mato Grosso do Sul. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Senhor presidente, nobres colegas deputados, público presente, quero agradecer a presença dos alunos da UCDB e parabenizar o presidente por trazer os jovens para esta Casa de Leis, para entender a dinâmica da Assembleia Legislativa. Eu tive a oportunidade de ser orientado pelo doutor Cid e pela doutora Gabriela, da UCDB, no curso de Desenvolvimento Local. Antes de ser político, eu fiz um projeto de desenvolvimento da Gleba Uiratã e essa tese levantou todas as demandas lá no município de Ivinhema. Posteriormente, quando eu fui candidato a prefeito no município de Ivinhema, com trinta e dois anos, coloquei essas

informações no meu plano de governo e com 4% eu ganhei, porque as informações eram muito consistentes e conseguimos fazer uma grande transformação ao longo da história porque estava alicerçado nesses fatos. Tem um momento aqui na Assembleia que os deputados utilizam para fazer as suas indicações. A gente percorre o estado, somos chamados para várias reuniões onde constatamos problemas, dificuldades e necessidades que são encaminhadas aos órgãos competentes. Então, no dia de hoje, por exemplo, o Assentamento Nossa Senhora do Carmo, localizado no município de Caarapó, está com problema de energia e a solicitação é para que ele possa ser incluído no programa do Governo do Estado e do Governo Federal em parceria com a Energisa, o "MS Trifásico", que vai levar até lá uma energia mais forte, porque os pequenos produtores não conseguem usar o triturador e nenhum outro equipamento maior na sua propriedade. Tem também a Escola Filinto Muller, em Ivinhema, que está solicitando computadores e ares-condicionados, e eu tenho que atender e me esforçar mais do que o normal porque lá estudei até a oitava série. Esse é um pedido que a gente poderia resolver com as nossas emendas parlamentares, mas já passou o prazo de entrega. Essas eram as minhas indicações. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Senhor presidente, eu gostaria de convidar a todos para o seminário que irá acontecer aqui na Assembleia Legislativa, no dia 27 de Maio, para tratar do assunto do leite, cuja produção diminuiu por conta da competição com os países vizinhos Paraguai, Uruguai e Argentina. O que acontece é que eles usam o Paraguai para trazer, por exemplo, muçarela sem origem, sem nota, e nós estamos fiscalizando. Tem também a competição dos estados vizinhos, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais. O Governo do Estado lançou o Plano Estadual de Desenvolvimento da Bovinocultura Leiteira (Proleite MS), um programa incrível, fantástico, que está virando a chave da produção do estado com a doação de embriões para serem implantados nas vacas. Vejam a tecnologia! Se você colocar um embrião em uma vaca que produz quatro litros de leite por mês, vai nascer uma bezerra que vai produzir trinta litros, lembrando que, gratuitamente, a primeira etapa já está sendo concluída com quatrocentos e cinquenta produtores. O governador Eduardo Riedel está revertendo essa questão do leite no Estado de Mato Grosso do Sul e eu, como presidente da Frente Parlamentar do Leite, tenho militado nesse sentido. Parabéns, presidente, por trazer aqui os alunos da UCDB para conhecer a Assembleia Legislativa e também um pouco do nosso trabalho, para que tenham noção que deputado não é só figurativo, nós temos ações superimportantes e fundamentais para a democracia, mesmo porque um país republicano precisa ter instituições democráticas e a Assembleia é uma das mais importantes instituições democráticas que nós temos em nossa federação, visto que ela representa o conjunto da sociedade e também dá voz para todos aqueles que precisam ter justiça. Acompanhem o meu trabalho nas redes sociais. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Solicito aos senhores deputados que tiverem requerimentos e indicações, que os coloquem sobre a mesa. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: um projeto de lei (Prot. nº 01182/2026). De autoria do deputado Coronel David: uma indicação (Prot. nº 01187/2026); duas moções de congratulação (Prot. nºs 01186/2026, 01185/2026); um projeto de lei (Prot. nº 01184/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: três requerimentos (Prot. nºs 01178/2026, 01177/2026, 01176/2026). De autoria do deputado Paulo Corrêa: duas indicações (Prot. nºs 1181/2026, 01180/2026).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, acadêmicos da UCDB, e a todos que nos acompanham através da Rádio e TV Assembleia. Sejam todos bem-vindos juntamente com o representante do corpo docente. Senhor presidente, eu gostaria de falar um pouco sobre o concurso que foi autorizado para que tivéssemos mais dois mil professores aqui no estado. No dia de ontem eu fui fazer a entrega da emenda parlamentar na Escola Rui Barbosa, uma escola tradicional, que tem parceria Salesiana e quero dizer que é uma alegria ter a oportunidade de destinar uma emenda parlamentar que irá dar conforto maior para os alunos, professores e aos técnicos administrativos. Entendo que a educação não é só salário, ela precisa ter a infraestrutura necessária para que haja aulas de melhor qualidade, mesmo porque nós só vamos mudar o nosso estado e o nosso país com investimento na educação. Eu fico muito feliz em ver aqui um corpo seleto de acadêmicos porque mais do que nunca é preciso valorizar esse setor tão importante no contexto da nossa sociedade. Eu, o deputado Pedro Kemp, que inclusive já foi secretário de Estado de Educação, assim como outros deputados, temos acompanhado várias escolas e, diferentemente da época em que eu era professor, em 2001, e ganhava um salário mínimo, hoje o professor concursado tem o maior salário do país, quarenta horas aulas começando o piso acima de treze mil, muito distante do segundo lugar em nível nacional. A gente sabe que ainda existem alguns gargalos, algumas deficiências nessa questão, mas vejo que o governador tem se esforçado para que se tenha a questão da isonomia salarial do professor convocado. Esse é um pleito antigo e apesar desse professor no ranking nacional ter o quinto maior salário dentre os que fazem parte dos convocados, o nosso sonho é que tenhamos essa isonomia.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Permita-me um aparte, deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Pois não, deputado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu gostaria de fazer alguns registros importantes no sentido de contextualizar esse debate. Quando assumi o governo, em 1999, o meu primeiro secretário de Educação que está aqui do meu lado, foi o responsável pela modernização da educação no Mato Grosso do Sul e criou, inclusive, a constituinte da

educação. É bom registrar, nos anais da Casa, que quando assumimos o governo, fruto da bandalheira, porque não tem outro adjetivo, realizada nos quatro anos anteriores no governo do MDB, do senhor André Puccinelli, foram deixadas para nós quatro folhas de salários em atraso. Vossa Excelência, como trabalhador, como pai, deve saber o que significa para um peão ou um professor ficar quatro meses trabalhando sem salário. Eu não sei se Vossa Excelência e seus colegas professores viviam ali na esquina da Afonso Pena com a Treze de Maio, batendo marmita e pedindo apoio para sobreviver, aliás, não só os professores, mas também o pessoal da segurança pública que não tinha fardamento, coturno e muito menos armamento para trabalhar. Esses dois registros contextualizam o debate oportuno e inteligente que Vossa Excelência faz e a partir daí nós conseguimos modernizar a educação lá nos idos de 1999 até 2006, criando a política salarial, política essa que o atual governo cumpre, e não é demérito, é mérito. A educação merece carinho, e um dos registros positivos do atual governo é abrir o concurso para dois mil novos professores, até porque, mais de 70% que dão aula no governo da extrema-direita nada mais são do que convocados e não concursados. O governo Riedel propaga muito que paga o melhor salário do Brasil, para 30%, o resto recebe menos de 50%. Portanto é legítimo que tenha um concurso que permita atualizar o salário daqueles que se dedicam ao magistério no nosso estado. Obrigado por me permitir esses registros.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Pela ordem, senhor presidente.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Só para fazer um reparo, deputado Zeca, que na época que Vossa Excelência assumiu, o governo era o Wilson Barbosa Martins.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Não, não tem nada a ver.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Eu quero fazer um registro para colocar o pinga nos "is". O governador Zeca relatou que o doutor Wilson deixou essas folhas de pagamentos, mas eu gostaria de fazer um reconhecimento do mandato do ex-governador André Puccinelli, que foi quem apresentou o plano de cargos e carreiras dos servidores, posteriormente promulgado pelo Reinaldo Azambuja, que teve a coragem de colocar em andamento. Portanto, hoje, o melhor salário do Brasil é por conta do mandato do André Puccinelli.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Justiça seja feita. A gente sabe da diferença, da animosidade que existe entre o Zeca e o André, e tudo indica que ele vai vir para esta Casa, aí eles terão a oportunidade de debater várias coisas, mas o governador, na época, era o doutor Wilson Barbosa Martins.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Deputado professor Reinaldo, permita-me cumprimentá-lo. Eu acho que é um momento importante e toda vez que nós dedicamos emendas à educação, às escolas, sejam elas estaduais ou municipais, nós contribuimos para melhoria da formação dos nossos jovens. Eu faço parte da Comissão de Educação junto com Vossa Excelência, presidi a comissão em várias oportunidades, realizamos recentemente oito seminários para discutir o chamado regime de colaboração mútua. A educação, a meu ver, não pode ser municipal estadual, educação é todo um processo, mesmo porque o aluno que vai para o estado depois de concluir o ensino fundamental é aluno da mesma forma, ele simplesmente passa do fundamental para o ensino médio, aliás o Estado já faz as séries finais do ensino fundamental. Então, eu quero parabenizar as iniciativas e obviamente acho que é importante a gente tratar as coisas com a verdade que são. O governo anterior ao governo Zeca do PT não foi o de André Puccineli. No período em que o doutor Wilson foi governador do estado, o André era deputado federal até o meio do mandato, depois ele assumiu a Prefeitura de Campo Grande. Vale dizer que, principalmente na área de educação, foi um governo que atuou muito, não só na reforma das escolas, mas também na premiação de estímulo aos alunos, com bicicletas, tablets, computadores, lembrando que todos os uniformes começaram no período de André Puccineli que foi sucessor do atual deputado Zeca do PT. Portanto é bom que se diga isso, em nome da verdade aqui.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Conceda-me um aparte, deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Deputado Pedro Kemp, por gentileza.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado Professor Rinaldo, eu quero parabenizá-lo por trazer esse assunto extremamente importante. Eu penso que o atual Governo tem algumas dívidas a saudar com a educação de Mato Grosso do Sul, e uma delas é a equiparação salarial entre os professores convocados e os professores efetivos. Toda vez que o Governo fala que paga o melhor salário do Brasil para os professores, é importante dizer que ele paga o melhor salário para apenas 30% dos professores do Estado, porque 70% são contratados temporariamente e recebem a metade do salário dos efetivos. Essa é uma dívida que esse Governo tem para com os professores convocados. Ele disse na campanha eleitoral passada que ia promover essa equiparação salarial ao longo dos quatro anos do seu governo, mas isso está longe de acontecer. Portanto, para diminuir o número de professores convocados que existe no Estado, é necessário a realização de concurso público. O Governo foi protelando, protelando, e anunciou um concurso para duas mil vagas, mas a gente sabe que daqui a pouco vem a campanha eleitoral, haverá impedimento para o concurso ser realizado e vai acabar ficando para o próximo governo. É importante esse anúncio de um concurso público para duas mil vagas, mas espero que não aconteça o mesmo que aconteceu no concurso passado que era para mil vagas, chamaram cinquenta, depois mais vinte, mais cem, e os professores aí ligando, pedindo pelo amor de Deus para o Governo terminar de chamar, visto que faltam ainda duzentos e cinquenta para serem chamados. Eu acho que educação não se faz só com o discurso de que ela é

importante para o desenvolvimento do país, do estado, é preciso que haja medidas concretas para melhorar esse quadro de professores efetivos. Aliás, se os professores, na sua maioria, fossem efetivos, estariam contribuindo para a Ageprev e diminuindo o rombo da previdência do Estado, mas contratados eles contribuem para o INSS. Então, uma forma de o Governo equilibrar as suas contas da previdência é chamar um concurso público para substituir esse número, não só na educação, mas também em outras áreas onde tem muitos terceirizados. Eu queria fazer esse adendo ao senhor que é presidente da Comissão de Educação, acho que essa é uma luta que a gente tem que continuar fazendo até que essas distorções sejam corrigidas. Muito obrigado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Permita-me um aparte, deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Um minuto.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Com a intenção de continuar contextualizando o debate inteligente e oportuno que Vossa Excelência faz, foi no nosso governo, Zeca governador e Pedro Kemp secretário de Educação, que nós criamos o Bolsa Escola. Pagávamos um salário mínimo para as famílias que tinham as crianças fora da escola, muitas delas passando fome na Afonso Pena, brincando, limpando para-brisa de carro em troca de um copo de leite. As famílias recebiam um salário mínimo e eram obrigadas a manter as crianças na escola e com três faltas em um mês, sem justificativa, a mãe era afastada do programa. Depois disso, criamos o "Cursinho Popular". Pagávamos os melhores professores do estado para preparar jovens que não tinham condições de pagar um cursinho particular, para que eles pudessem competir com igualdade para um curso superior. Depois disso, criamos o "Bolsa Universitária", que permitia às famílias mais humildes manterem seus filhos na universidade. O governo do PT pagava 50% da mensalidade desse jovem, os donos da universidade eram obrigados a dar um rebate de 25%, e a família pagava 25%. Posteriormente criamos o "Restaurante Popular", no Dom Antônio Barbosa, que atendia trezentas pessoas por dia que se alimentavam pelo preço de um real, uma alimentação balanceada por nutricionista, em parceria com a Percal, com a rede de televisão do Ueze Zahran e outras empresas. E sabe quem acabou com isso tudo? O senhor André Puccinelli. Portanto, é importante que se faça esse registro. Obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Permita-me um aparte, deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Pois não.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Só para concluir, eu acho que é importante colocar para contextualizar, aproveitando que nós temos aqui futuros advogados, a Lei nº 174/2013, que foi apresentada pelo então governador André Puccinelli, fez mudanças estruturais que são fundamentais para a educação, atualizando o Estatuto da Educação e adequando às leis federais do piso nacional do magistério e do Fundeb. Quem fez essa atualização foi o então governador André Puccinelli, além da reorganização

das carreiras dos profissionais da educação, a mudança das regras de progressão e promoção funcional, tanto é que hoje um professor tem um salário final de mais de vinte mil reais. Isso é uma conquista dessa mudança que foi feita, a inclusão de novas funções educacionais, reestruturação do grupo educacional do quadro permanente, alteração da comissão de valorização dos profissionais da educação básica e revogação de dispositivos antigos relacionados a apoios técnicos. Fazendo aqui um registro histórico, o governador Eduardo Riedel, que sucedeu o governador Reinaldo Azambuja, também deu a sua contribuição, ampliando o prazo de contratação temporária; criando o Banco de Reserva de Professores; fazendo o pagamento de férias e décimo terceiro para os professores contratados, que antes não existia; a estabilidade para gestantes; a criação da seleção por processo seletivo; a possibilidade de contratos até dois anos, que antes era só de um ano; adicionais para atuação noturna de escolas de difícil acesso e sistema prisional. O que nós queremos dizer com isso é que houve uma evolução para a categoria. Na verdade, faltam alguns avanços para os professores contratados de Mato Grosso do Sul, mas para os efetivos nós estamos longe do segundo colocado do Brasil, e isso é uma conquista do povo sul-mato-grossense. Obrigado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Permita-me?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Com todo respeito, agora eu não vou dar aparte para ninguém, senão eu não vou falar. Vossa Excelência tirou muito daquilo que eu gostaria de dizer, mas eu comecei falando aqui da importância de uma emenda parlamentar. Quando eu cheguei nesta Casa, estavam aqui comigo o deputado Pedro Kemp e o deputado Junior Mochi, eram quinhentos mil para todos e hoje nós estamos com quatro milhões de reais. Nós queremos um recurso a mais e se pudéssemos ter a liberdade de indicar, eu colocaria muito mais de 60% na educação, hoje, porque é através dela, deputado Mochi, que vamos permitir que a nossa sociedade avance, se desenvolva e forme pessoas preparadas para cuidar de Campo Grande, do estado e do Brasil. E como diz Monteiro Lobato: “O país se desenvolve com homens e livros”. Eu acho que nós temos que inverter, porque hoje nós estamos engessados, 60% tem que ser para a saúde, que é um problema seríssimo porque no momento de maior vulnerabilidade, no momento da dor, você quer ser atendido, quer ter um remédio à disposição, a cirurgia no tempo hábil, e essa é uma defasagem estratosférica, principalmente na nossa cidade, mas a educação é fundamental. É uma alegria quando a gente vai fazer a entrega de uma emenda parlamentar num ambiente climatizado, inclusive fui eu que coloquei no orçamento a possibilidade de ter ar-condicionado e kit de robótica em todas as escolas em tempo integral. Isso é uma realidade hoje, fruto de um projeto que nasceu no meu gabinete, junto com a Carol e com o professor de tecnologia da Universidade Federal, o Amauri. Prender a atenção de um adulto por uma hora é um desafio, imagine segurar uma criança, um adolescente, o dia todo. Então, é preciso que tenhamos muitos atrativos para que o aluno tenha alegria e prazer de estar na sala de aula. Deputado Zeca do PT, ninguém nega que Vossa Excelência fez muito pelo servidor público, mas cada qual no seu momento, com a sua realidade. É preciso registrar que a contribuição do convocado vai para a previdência geral, o INSS, que é um outro gargalo que acaba não computando para a Ageprev, que é a previdência do Estado.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Conceda-me um aparte, deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Já concederei. Então, desses dois mil a mais, que no concurso passado eram setecentos, já foram mais de mil e duzentos e poucas chamados e, segundo a Fetems, esses remanescentes também serão chamados. Então, sabemos dos avanços e também que há uma distância para alcançarmos essa equiparação salarial. Muitas escolas em tempo integral foram reformadas com ares-condicionados e com o kits de robótica, mas falta ainda uma boa parte. Quero dizer que esse não é discurso político em defesa de A ou de B, mas de uma realidade, e cada vez mais é preciso trabalhar para termos ares-condicionados em todas as salas de aula para que os professores possam dar aulas de qualidade e os alunos tenham uma aprendizagem à altura, porque educação foi e sempre será a mola mestra para o desenvolvimento de toda uma sociedade. Concederei um aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Deputado Rinaldo, eu quero me manifestar com relação a esses investimentos na educação, porque tem uma situação do ponto de vista legal e também no aspecto de efetividade das emendas parlamentares que dificultam o investimento em educação. Eu acho um descompasso destinar 65% das emendas à saúde, que, sem dúvida, tem uma importância muito grande, mas cada vez mais nós temos menos condições de encaminhar recursos para serem investidos em educação. Acho que a educação tem a sua importância, a sua relevância e, como o senhor disse, grande parte das escolas estaduais e públicas que hoje estão climatizadas são fruto de emendas parlamentares, até porque hoje é uma questão de necessidade. Quando eu fui prefeito, consegui climatizar todas as salas de aulas da rede municipal em Corumbá, mas muitas escolas não têm. Então, um debate tem que ser feito nesta Casa para equilibrar um pouco mais, porque esse descompasso obrigatório de 65% das emendas só para a saúde faz com que os investimentos não cheguem à educação.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) - Eu agradeço e incorporo o aparte de Vossa Excelência. Para finalizar, quero agradecer a presença de todos os homens e mulheres da nossa sociedade, em especial da Maria Teresa, professora supervisora do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito e do coordenador Luiz André de Carvalho. Sejam todos bem-vindos! Que bom termos aqui os futuros operadores do Direito, que estarão nos sucedendo. Eu fui dar uma palestra no curso de Direito da Uniderp e perguntei quem gostava de política. Em um grupo de cinquenta, somente um acadêmico levantou a mão e quase foi apedrejado pelos demais. Aí eu perguntei quem gostaria de definir o conceito de política e a resposta foi: é uma roubalheira. Foi então que eu disse a eles que isso não é conceito de política, mas sim conceito de politicagem ou politicalha, inclusive se olharmos no dicionário, política significa consciência ou arte de administrar aquilo que é de todo mundo. Eu fui mais além na minha tréplica, e disse: hoje vocês têm vinte anos, daqui a pouco terão quarenta, e é nessa faixa etária que serão vereadores, prefeitos, governadores e poderão até comandar este país. Eu também fui lá no berço da civilização falar de um homem chamado "Platão", que disse que aqueles que não se envolvem, aqueles que não gostam da política, serão literalmente governados pelos que

gostam. Então no estado democrático de direito não tem campo vazio, tudo passa pela política. Parabêniso a Maria Teresa por de ter trazido os acadêmicos aqui para conhecer um pouquinho desse debate.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Conceda-me um aparte, deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Tem um jovem aqui que entrou um dia desses na política, está me pedindo o quarto aparte e pela cor dos seus cabelos não tem como não conceder. Como nós temos um tempo hábil, vou conceder o aparte ao deputado Junior Mochi e depois ao deputado Zeca do PT.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Quero aproveitar, deputado Professor Rinaldo, e fazer um convite para a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação que acontece toda quarta-feira, inclusive na última nós recebemos os acadêmicos de direito da Uniderp. Gostaríamos também de receber os acadêmicos de direito da Universidade Católica Dom Bosco, para que eles possam conhecer o trabalho da comissão, que é por onde passam todas as matérias que dão entrada nesta Casa, recebem o parecer técnico, o parecer quanto à constitucionalidade, à legalidade, à juridicidade e à técnica regimental. Portanto, fica aqui o convite para participarem conosco de uma das reuniões da CCJR.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Obrigado. Bem oportuno, deputado Junior Mochi. Quero falar rapidamente sobre a Sessão Solene que estaremos fazendo hoje, momento em que serão homenageados os profissionais da oftalmologia. Nós criamos a Medalha Doutor Luiz Lautério Lani, que foi o precursor na formação do curso de Oftalmologia da Universidade Federal, e protagonista na criação do Banco de Olhos e de Transplantes aqui no nosso estado. O doutor Luiz Lani foi um médico de espírito altruísta, que deu tudo o que pôde para que tivéssemos hoje centenas e centenas de profissionais de Oftalmologia. Portanto quero fazer aqui esse registro, convidar toda a sociedade aqui representada e todos os colegas para participarem desse momento. Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Só voltando na questão da palestra que Vossa Excelência fez na Uniderp, no momento que perguntou aos acadêmicos quem gostaria de mexer com política e um só, no meio de algumas dezenas, levantou a mão. Quero dizer que isso não é novidade, porque, infelizmente, a ideia que se tem é de que a política é só para bandido, para ladrão, para sem vergonha. O presidente Lula diz que se você não concorda com nada do que estão fazendo na política, então que se apresente para fazer o correto. O problema é que as pessoas não têm a dimensão do que nós vivemos em uma sociedade de classes. De um lado, aqueles que possuem o poder, o dinheiro, a terra, a riqueza, e do outro, aqueles que não detém o poder, a riqueza, a terra, o dinheiro, têm uma única coisa para vender, que é o seu trabalho em troca de um salário. Meu querido Rinaldo, do ponto de vista da economia, nós temos duas classes absolutamente distintas: uma que manda, que quer cada vez mais acumular riquezas; e outra que quer dignidade, colocar o filho na escola, ter uma boa casa, um bom emprego. Mas, do ponto de vista

político, se pertencemos a uma, não podemos votar na outra. E esse é o problema, nós acabamos votando naqueles que não têm absolutamente nenhum compromisso, que se elegem prometendo tudo, vão para lá e votam contra o salário mínimo, contra a aposentadoria, contra a escola pública, contra recursos para saúde, contra recursos para reforma agrária, contra a reforma tributária para tributar os grandes e desonerar os pequenos. Portanto, nós temos que entender a lógica do sistema que vivemos para entendermos que cabe somente a nós a oportunidade de fazer política e de construir um Brasil mais justo, mais humano e mais solidário. Obrigado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Obrigado. Vou parafrasear uma frase do deputado Junior Mochi, quando ele diz que cada um de nós, ao longo da nossa vida, escreve a sua própria história. Hoje, com avanço da tecnologia, qualquer adolescente tem como diagnosticar, analisar a vida pregressa de todos aqueles que se dispõem a representá-los na Câmara de Vereadores, na Assembleia Legislativa, no Congresso Nacional. Nós vivemos em um momento de informação e cabe ao eleitor, principalmente ao jovem acadêmico que já é um formador de opinião, exercitar o seu espírito crítico e analisar a vida de cada um de nós e também daqueles que ainda não chegaram aqui, muitas vezes prometendo resolver o problema do mundo. Então, com conhecimento, você saberá qual é o papel de um vereador, de um deputado estadual, qual é o seu poder de influência, o que cabe a ele e o que preconiza fazer na função do mandato. Então, como esse é um ano eleitoral é preciso analisar a vida pregressa de todos, inclusive dos que já estão aqui, analisar o papel, a função, o trabalho de cada um. Está tudo aqui de forma muito célere, na palma da nossa mão. Que efetivamente tenhamos a devida atenção com aquelas pessoas que são comprometidas com o bem-estar do ser humano. O meu desejo é que possamos construir um estado e um país mais fraterno, mais justo, mais solidário e, acima de tudo, mais inclusivo socialmente. Obrigado, presidente.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Quero cumprimentar e agradecer a presença do Fernando, do Joãozinho, do Cleverson, do Ney Kwasny, vereadores de Coronel Sapucaia; do "Cabelo", vereador de Alcinópolis; dos acadêmicos da UCDB e dizer que, com certeza, um dia poderão estar aqui. É isso, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência disporá de doze minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — sem revisão do orador — Bom dia, colegas parlamentares, público que nos assiste e nos acompanha nas redes sociais. Quero aproveitar e já cumprimentar os acadêmicos de Direito e o coordenador do curso, Macena, que se fazem presentes aqui. Eu tenho muito orgulho de, na minha trajetória, ter iniciado a vida profissional buscando o Direito. Aqueles que me conhecem, sabem que escolhi o Direito por não aceitar conviver com injustiças, e a maior injustiça seria se eu não pudesse falar hoje, porque eu estou tentando falar desde ontem. Achei que iam me sobrar dois minutos, mas sobraram doze, então vai dar para transmitir a minha mensagem. Senhor presidente, trago aqui uma grande e forte reflexão. Esta Casa de Leis tem que travar, debater, dialogar, oferecer soluções, e que o público e os estudantes de Direito, que se fazem presentes aqui, levem à academia essa discussão. O artigo 158 da Constituição Federal estabelece os critérios de rateio da verba que é distribuída para todos os municípios. Está lá que 65% de tudo que é repassado às prefeituras é calculado pela secretaria estadual do governador com base no Valor Adicional Fiscal (VAF), e 35% é calculado com base em leis estaduais. Eu estou dizendo isso porque todas as vezes, no estado, que se decidiu apertar o 11, aconteceu alguma coisa errada. Aconteceu com município de Campo Grande, como vocês devem se lembrar, por exemplo, do Bernal, que agora está detido, e mais alguma coisa aconteceu desse período para cá, e essa digital é do PSDB. Eles sempre se perguntam porque são mal votados em Campo Grande, e eu quero não só dizer, mas provar para vocês. Este aqui é um gráfico de queda, igual à popularidade do governador Eduardo Riedel. E essa queda se refere à diminuição vertiginosa dos recursos que foram repassados à Campo Grande e a outras cidades, e que poderia ser construída aqui nesta Casa de Leis uma maneira de calibrar a vontade, a perversidade, o desgosto, a perseguição do governador. Vocês jovens entendam que politicamente Campo Grande sempre foi o contrapeso político, o cara se elege o governador, a mulher se elege prefeita, e há o início de um processo de enfrentamento na política estadual porque Campo Grande era muito forte. Então, o PSDB construiu uma saída mágica, estancar, cortar os recursos de Campo Grande a partir do momento que tomaram conta do poder no estado. Vocês se lembram, citaram aqui o governador Wilson, o governador André, o governador Zeca, o prefeito Bernal, o prefeito Gilmar Olarte, o prefeito Bernal de novo e o prefeito Marquinhos Trad. O Bernal estava dentro daquela coligação e foi apoiado pelo Reinaldo Azambuja. Fizeram de tudo para não eleger o Marquinhos, mas a cidade o escolheu, inclusive naquela oportunidade eu escolhi a professora Rose e agora, mais uma vez escolhi a professora Rose. Mas o interessante são os dados: em 2012, a nossa capital recebia 25% de tudo que o Estado rateava do seu ICMS, e esse índice se manteve até o momento da eleição do Alcides Bernal. Então, 23%, em 2013, 22%, 21%, 21%, 21%, 21%, e quando começou a mostrar que teria um adversário, houve uma política de enfraquecimento da nossa capital e aí passou a receber 20%, 18%, 16%, 14%. 13% Agora, no governo Eduardo Riedel, 13% em 2024, 11% em 2025, 12% em 2026. Doze! O mesmo número que me sobrou em minutos para falar para vocês. Mas é interessante começar a analisar as distorções. De acordo com a Constituição Federal, o que compõe o chamado VAF, é a quantidade de indústrias, é a quantidade de arrecadação, é a importância, é a densidade demográfica. Como a capital do estado vai receber 11%, 12% e nós vamos achar que isso é normal? Vou dar para vocês alguns exemplos que eu grifei aqui. A cidade de Três Lagoas, no ano de 2021, recebeu

10%. Então, como pode Campo Grande receber 11%, 12% e Três Lagoas, a terceira, a quarta cidade do estado, receber praticamente a mesma coisa. Dourados, a nossa segunda maior cidade, recebe 6,5% atualmente. Corumbá recebe atualmente a mesma coisa que Três Lagoas, 6,49%. Corumbá em 2018 chegou a receber 9%, e Campo Grande cada vez mais tendo queda nesse índice. Alguns podem dizer que é um cálculo... Os prefeitos não têm coragem de impugnar, alguns até impugnaram, e vamos dizer que consigam receber... Eu tenho ações em que saí vitorioso e estão lá Supremo Tribunal de Justiça há dois, três anos, isso às vezes é o mandato inteiro do prefeito que não se alinha e não se acerta com a vontade do governador. Percebam: a lei diz que é 35%, de acordo com o que dispuser lei estadual, esse é o nosso trabalho. Então, se o cálculo da diferença feita pela Secretaria de Fazenda ou por qualquer outro órgão de Governo estiver correto, compete aos deputados estaduais, ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, oferecer uma solução para corrigir. É justo Campo Grande se afundar, deputado Lidio Lopes, no buraco, recebendo uma miséria, sendo que em outros tempos recebeu mais do que o dobro. Deputado Lidio, eu não trabalhei pela eleição da prefeita Adriane Lopes, trabalhei contra, mas já fica aqui uma esperança de mudança e a oportunidade para que ela e sua equipe, caso gostem de Campo Grande e queiram a correção dessas distorções, votem pela mudança no Estado de Mato Grosso do Sul, porque essa mudança é para corrigir, é para reequilibrar a rota do estado. Hoje, o governador Eduardo Riedel anuncia uma projeção de renúncia de receita tributária de ICMS de treze bilhões de reais. Vamos analisar o quanto a gente recebe e qual é o valor total aqui. Eu não tenho os dados em mãos, porque tenho que somar o valor total, mas acho que é em torno de cinco ou seis bilhões de reais. Esse é o valor do fundo que constitui o rateio do ICMS, mas o governador tem renunciado às grandes empresas, onze, treze bilhões, ou seja, duas vezes mais que esse valor. Apesar de os intocáveis do Supremo entenderem que muitas vezes eles são superiores à Constituição Federal que ainda vigora neste país, 25% de todo o ICMS arrecadado pertence aos municípios e se eu estou renunciando a treze bilhões, onze bilhões, eu estou tirando, deputado Rinaldo, deputado Zeca do PT, 25% do que deveria ir para os municípios. Então, quando eu digo que vou colocar Campo Grande fora da rota do buraco e vou ajudar corrigir essa distorção, os outros municípios não serão prejudicados, porque há que se fazer um reequilíbrio em tanta renúncia de receita, neste estado, que é feita só para um setor mega industrial. Como deputados estaduais, olha que vergonha o que eu estou falando para os acadêmicos de Direito, não temos acesso a esses treze bilhões de reais, a quem o Estado renuncia. Se vocês querem saber, o Estado arrecada vinte e sete bilhões. Vocês estão vendo que é a nossa obrigação, o que é o nosso dever, Então, como é que nós, deputados estaduais, não podemos saber onde o Estado mete a mão e renuncia à metade do orçamento, mesmo faltando para a saúde, para a educação, para a segurança? Os professores estão sendo agora convocados, dois mil professores convocados, numa conta que o governador Eduardo Riedel, deputada Mara, me chamou na sua sala quando era secretário e pediu, vote contra, nós temos que reduzir os salários dos professores, porque eu não pago a folha até o final do ano. Agora ele abre duas mil contratações efetivas em um cálculo que ele sabe que é eleitoreiro, porque nós estamos cobrando. Quero agradecer a participação de vocês nesse debate e dizer que nós mostraremos um novo caminho para Mato Grosso do Sul. Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bem, não me foi concedido o direito do aparte, mas esse é um assunto que eu faço questão de falar porque há equívocos com relação à fala do deputado que me antecedeu. O artigo 158, inciso IV, letra B, da Constituição Federal, diz que cabe aos municípios 25% de tudo aquilo que é arrecadado do ICMS, e lá fixa critérios de, no mínimo, $\frac{3}{4}$ pelo chamado valor adicionado e os 25% restantes, ou seja, $\frac{1}{4}$ pode ser disciplinado conforme a lei estadual. Posteriormente veio a mudança com a criação do Índice de Qualidade Educacional (IQE), que tirou 10%, passando a ser 65% e 35%. É importante esclarecer que existem critérios com relação aos 25% que são: extensão territorial, população, receita própria e ICMS Ecológico, todos eles aferidos pelo IBGE, sendo que a população e a extensão territorial são imutáveis, porque você dá conforme a população. Então a distribuição do índice ecológico é complexa porque atende os municípios que têm reserva indígena, que têm parque ecológico e tem também o dinheiro que é chamado Valor Adicionado Fiscal (VAF). Quando foram criadas as empresas, principalmente em Três Lagoas, e eu fui o deputado que fez o primeiro projeto nesta Casa para alterar a mudança, porque eu dizia que alguns municípios iriam crescer no valor adicionado deles em detrimento dos demais. Por que razão? Porque você concentra uma indústria, ela é incentivada, mas cria uma movimentação financeira muito grande dentro do município. Por isso que Três Lagoas disparou, assim como Corumbá, porque tem o gás boliviano. Todo o gás que entra no Brasil, a Petrobras paga quando põe no Documento Estadual de Arrecadação (DaeMS). O gás boliviano entra no Brasil pelo município de Corumbá, por isso a movimentação econômica vai lá em cima e é por isso que Corumbá tem 10%. É importante esse esclarecimento. Acho que cabe uma discussão aprofundada sobre esse assunto, nesta Casa, porque considero equivocada a colocação do colega. Sei que o deputado presidente advoga nessa área, assim como eu, inclusive já atendi vários municípios, os recursos são discutidos e tudo é decidido dentro da secretaria, de acordo com os números que são colocados. Campo Grande realmente foi prejudicado, e é preciso rever os critérios, e a queda que acontece aqui também acontece em Três Lagoas, Corumbá e Dourados. Então, é preciso que esta Casa mude o critério populacional e apresente um projeto de lei para que tenha peso superior atual. Eu propus alteração, não tive apoio suficiente dos deputados, porque era lei complementar, precisava ter maioria absoluta, não tive os votos necessários para alterar a regra que está estabelecida na lei. Eu acho que essa é uma discussão importante que tem que ser feita dentro desta Casa e penso que para ser justo o Estado não pode atender igualmente os desiguais. Só isso, senhor presidente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero registrar que esse assunto não vai ser resolvido com a questão de ordem, muito menos com um debate raso aqui na Assembleia. É um assunto...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, mas esta é a Casa do debate.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Por gentileza, deputado, o senhor já interferiu na fala de todo mundo... O presidente pode falar? Nós temos Regimento e o senhor precisa cumpri-lo. O senhor está interferindo na palavra do presidente, e isso é descumprimento do Regimento, deputado. O senhor nem tem questão de ordem para falar, não é a sua vez. O deputado pediu questão de ordem eu o autorizei a falar da tribuna, agora eu gostaria de falar, se o senhor me permitir, porque eu estou achando que não posso.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Não é isso. Eu estou pedindo pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu estou falando, deputado. Quero registrar que conforme o deputado Junior falou, esse é um assunto que merece total atenção desta Casa, é um assunto técnico, legal, temos a Lei Complementar 57 que trata disso aqui no estado, que regulamenta, e não é um assunto simples. Portanto não é com essa história de renúncia que se ganha. Se neste estado tem ação judicial que discutiu isso em favor dos municípios, deputado João Henrique, foi o nosso escritório que patrocinou. O deputado Junior sabe disso, eu fui diretor da Assomasul, trabalhamos nisso por mais de vinte anos e esse não é um assunto que se resume a uma decisão política do governador. Aliás, 75% é lei federal, o senhor não pode mexer com ela aqui e a Reforma Tributária até já mudou isso a partir de 2030. Então, os 25% que nos cabe, nós podemos sentar e decidir, mas não podemos passar a ilusão que alguém com uma canetada acabou com Campo Grande. Eu respeito a fala de Vossa Excelência, mas quero dizer que vamos abrir esse assunto para discutir na hora da tribuna e não na Ordem do Dia, às 11h06min... Se a questão de ordem for para discutir Regimento, eu vou abrir, mas se for para fazer debate, eu vou encerrar o assunto.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — O deputado Junior veio aqui e falou três minutos em contraposição a minha fala, e eu só quero dizer que cumprimento o deputado Junior Mochi e Vossa Excelência por dizerem que há um caminho. O governador Eduardo Riedel, no Instagram do deputado Londres, disse que aprovou 100% dos projetos que enviou a esta Casa, que foi fácil porque ele tem a base maior aqui, afinal vinte e três parlamentares estiveram com ele o mandato inteiro. Então, caso ele queira, já que ele tem a base, que mande a lei e altere, essa é a minha discussão. Obrigado, deputado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) - Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, é questão regimental ou é debate?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Presidente, não é debate, eu quero fazer um registro com toda a ponderação, pedindo a compreensão de Vossa Excelência. Quero me permitir dizer que fico feliz quando vejo um debate dessa envergadura como esse que aconteceu agora. Dizer que esta Casa não pode se resumir a aprovar dia disso, dia daquilo, e nem aprovar moção não sei do que. Esta é a Casa do debate, e esse é um debate oportuno que o deputado João Henrique traz. O que me estranha, presidente, é que quando o deputado João Henrique, um homem inteligente, traz um debate desse nível, absolutamente ninguém da bancada governista faz ponderação. Eu quero cumprimentar o Junior Mochi ele é "neorriedelista".

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Até o senhor era até esses dias, deputado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu nunca fui do Riedel, eu sou do lado do povo mais pobre, o Riedel é rico, ele é o único que ponderou, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado, por gentileza.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — O Estado faliu, e na casa que falta pão todo mundo briga, ninguém tem razão, não tem dinheiro porque o modelo de desenvolvimento imposto pelo povo que está no Governo é um modelo que privilegia os grandes, e aí o João Henrique falou do quanto tem dado de incentivo fiscal...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Que começou no seu governo, deputado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Para os pequenos. Diferente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não, para Eldorado, por exemplo, foi o senhor, deputado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Aumentou 200%.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vamos concluir, deputado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) - Vossa Excelência me provoca.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu só reativo a memória de Vossa Excelência que trouxe grandes empresas para o Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Igual essas não, eu trouxe empresas que geravam empregos e que fiscalizavam no sentido de cumprir com aquilo que as normativas obrigavam. Portanto, presidente, chama a bancada do PSDB, os "neorriedelistas".

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — E do PT também. Vem junto. Vamos ajudar.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Ok. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Lidio, para encerrar para a gente passar para a Ordem do Dia.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Senhor presidente, eu também sou formado em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco, e quero agradecer e parabenizar a todos os nossos futuros colegas que estão presentes aqui hoje, na pessoa da Maria Teresa Casadei, que é supervisora do Núcleo de Práticas Jurídicas do curso Direito da UCDB, e também o Luiz André de Carvalho Macena, que é o coordenador do curso. É muito importante a presença desses acadêmicos que já começam a entender qual é a origem de todas as legislações e como é que as leis acontecem. É nessas discussões de Plenário que a gente vai formatando e discutindo as leis para chegar onde é a competência do Mato Grosso do Sul. Quem sabe não teremos nesse grupo de acadêmicos parlamentares que estarão em seus municípios ou aqui na Assembleia Legislativa. Senhor presidente, o cobertor do MS é curto para cobrir todo o mundo e nesse puxa e estica Campo Grande é que tem sido mais prejudicado, caiu de quase 24%, para 11%, perdeu mais de sessenta milhões de ICMS por mês. Na verdade esta Casa precisa rediscutir a lei de rateio do ICMS. Era o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Antes de passar para a Ordem do Dia, gostaria de registrar um assunto novo e superimportante, já que temos muitos acadêmicos de Direito aqui. A Reforma Tributária vai dar oportunidade e muito serviço para quem tiver se formando nessa área. Estudem o artigo 158 da Constituição Federal, citado pelo deputado Junior Mochi, a Lei Complementar nº 6.390, a Lei Complementar nº 194/2022, as Emendas Constitucionais nºs 1, 2 e 3/2022, e a Lei Complementar nº 57 do Estado de Mato Grosso do Sul. Quem conseguir pegar essas leis, mastigar e apresentar coisas novas... Eu falei aqui da emenda constitucional, duas leis complementares e uma lei complementar estadual que não vão se resumir em um debate simples, mas é importante para os acadêmicos se debruçarem sobre elas. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Quero registrar e agradecer a presença, neste Plenário, do senhor Ademir Luís Muller, vereador do município de Alcinópolis; do senhor Odairk Moraes, vereador do município de Alcinópolis e do senhor Leonardo Flávio, vereador do município de Japorã. Item 1. Em discussão única. Projeto de Lei nº 137/2025. Autor: deputado Paulo Corrêa em coautoria com os deputados Gerson Claro, Zeca do PT e Zé Teixeira. "Denomina o anel viário de Maracaju/MS, que liga a BR-267 (rodovia Vital Brasil) que dá acesso à Cooperativa Agrícola Sul-Mato-Grossense, à Avenida Marechal Floriano, no município de Maracaju/MS". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 137/2025, de autoria do deputado Paulo Corrêa e outros.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Projeto de Resolução nº 00011/2026. Autora: Mesa Diretora. "Altera a Resolução nº 05, de 24 de maio de 2023, que denomina o estacionamento destinado aos visitantes da Assembleia Legislativa". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT..

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, enquanto os colegas decidem o seu voto, e contando com a simpatia e apoio de Vossa Excelência, quero fazer um registro. Ontem, eu vi uma entrevista da senadora Tereza Cristina dizendo que precisamos de, no mínimo, cento e oitenta bilhões para renegociar dívidas rurais do agronegócio. Eu fiz uma postagem no meu face, já tem milhares de visualizações, dizendo: tá vendo como a Bolsa Família do agro é gorda? Não bastam os oitenta bilhões que o Lula autorizou, querem mais cem bilhões para renegociação de dívida. Essa família da bolsa agro gosta de um dinheirinho público, não é?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Resolução nº 00011/2026, de autoria da Mesa Diretora.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Já era denominada "Área, deputado Amarildo Cruz", agora como é um prédio de três pisos e ecologicamente correto, nós vamos inaugurar no dia 20 de maio a área de estacionamento denominada "Deputado Amarildo Cruz". Item 3. Em discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 022. Autor: Poder Judiciário. "Dispõe sobre a reorganização das serventias notariais e de registro da sede da comarca de Nova Andradina". A Comissão de Serviço Público emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Hashioka. A Comissão de Finanças também emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 00022/2026, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Projeto de Lei nº 011/2026. Autor: deputado Roberto Hashioka. "Institui diretrizes para divulgação de mensagens educativas e advertência contra a pedofilia ou abuso, exploração sexual de crianças e adolescentes, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Já lembrando, deputado Hashioka, autor, que teve uma aprovação do aumento de pena também nessa mesma linha, e a Assembleia Legislativa antenada com o que está acontecendo no Congresso Nacional, parabeniza Vossa Excelência. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Item 4. Enquanto está em votação, gostaria de registrar, agradecer a presença do senhor Alcir Dias, vereador de Alcinópolis; do senhor Sérgio Carlos, vereador de Pedro Gomes, e do senhor Davidson Munhoz, vereador de Rio Brillhante.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Senhor presidente, só para dizer que ontem eu fui convocado pelo meu partido Avante para uma reunião em Belo Horizonte,

quando foi oficializado o lançamento da pré-candidatura do Augusto Cury, como presidente da República. Então, quer dizer que, avante, o Brasil tem Cury.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 011/2026, de autoria do deputado Roberto Hashioka.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 5. Em discussão única e votação simbólica: um requerimento, dezenove indicações e quatro moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Moção de pesar, apresentada pelo deputado Lucas de Lima, em razão do falecimento do senhor Jardilino Batista de Oliveira. Moção de pesar, apresentada pelos deputados Lucas de Lima e João Henrique, em razão do falecimento do senhor Ivan Paes Barbosa. Moção de pesar, apresentada pelo deputado Lucas de Lima, em razão do falecimento da senhora Ilza Echeverria. Moção de pesar, apresentada pelo deputado Roberto Hashioka, em razão do falecimento do senhor Adolfo Fazecas Marian. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Quero parabenizar a nossa competente mesária, Cibele, pelo trabalho que ela faz aqui para todos nós, fazendo com que tudo corra da melhor forma possível.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Quero convidar o professor Macena e os acadêmicos para tirarmos uma foto oficial aqui no Plenário e registrar a visita de todos. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão 11h21min.